

SECRETARIA TÉCNICA
PARECER TÉCNICO

Interessado	Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre
Avaliador	Secretaria Técnica do CMS/POA - RS
Data (Reunião Ordinária)	08/ janeiro / 2010
Assunto	Relatório Físico-financeiro dos Recursos Municipais Aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde
Entidade	Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre

Parecer Nº
15/10

Apresentação
26/02/2010

Avaliação
12/03/2010

I – RELATÓRIO

Para responder à consulta, nossas análises levaram em consideração a Resolução 36/2004 que determina prazos e conteúdos dos Projetos e Ações em Saúde para o município de Porto Alegre. Nossas avaliações têm por finalidade apresentar aos Conselheiros, uma visão real das questões Político-Financeiras do relatório e contribuir com todos os esclarecimentos necessários para a votação.

Analisando a documentação acima citada, salientamos os seguintes aspectos:

1. O relatório informa que no ano de 2009 a Prefeitura Municipal de Porto Alegre aplicou R\$ 327.031.461,16 em ações e serviços públicos de saúde. Não é possível identificar o percentual correspondente aos recursos arrecadados, uma vez que não constam no relatório essas informações.
2. Quanto à adequação das despesas ao que prevê a legislação vigente, temos a considerar:
 - Foram gastos R\$ 258.533.904,11 (79,05%) com despesas de pessoal, dos quais R\$ 9.495.349,12 foram gastos com pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias, e R\$ 2.029.321,09 com pagamento dos estagiários que atuam na SMS.
 - Há despesas no valor de R\$ 184.650,00 para subvenções sociais, destinadas ao pagamento de convênio estabelecido com a PACTO, para atendimento de usuários da Saúde Mental.
 - Foram gastos em Material de Consumo R\$ 15.192.725,14, cujo maior volume destinou-se à compra de material cirúrgico, de laboratório e medicamentos.

SECRETARIA TÉCNICA
PARECER TÉCNICO

- Em Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - foram utilizados R\$ 29.966.506,03, que é o segundo maior grupo de despesas. Entre estes gastos consta que R\$ 19.039.025,23 (63,5%) foram pagos à PROCEMPA, cabendo salientar que há expediente encaminhado pelo CMS em 2009, à Secretaria Municipal da Fazenda acerca destas despesas, que ainda não retornou com as informações solicitadas.
- Entre as despesas com Obras e instalações, constam 3 (tres) reformas no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, que não tramitaram nem tiveram a aprovação do CMS. Cabe lembrar, neste aspecto, que o CMS deliberou sobre a utilização de recursos do Teto Financeiro transferido pelo Governo Federal, para as reformas de manutenção do HMIPV. Há ainda despesas com as obras de reformas nas Unidades de Saúde, realizadas através da contratação da Empresa CSM, objeto de denúncia ao MPE e TCE, além da contrapartida municipal para a construção do PSF Sta. Helena, com financiamento do MS.
- Quanto aos equipamentos adquiridos, na sua grande maioria são aparelhos de uso médico e de diagnóstico, além de 9 impressoras distribuídas entre as gerências distritais e a assessoria do gabinete da SMS.

II - DECISÃO DA SECRETARIA

Levando em consideração o exposto, a Secretaria Técnica submete esta análise do Relatório ao Plenário.

ELEN MARIA B. BORBA
Coordenadora de Secretaria Técnica